

**ANO II - EDIÇÃO Nº 254 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Quinta-Feira, 30 de março de 2017.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 204/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme Ato 072/2016;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 975, de 12 de dezembro de 2016, na parte que designou os Promotores de Justiça da 8ª Regional (Palmas) que permaneçam de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme escala adiante:

8ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Palmas	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
24 a 31/03/2017	1ª Promotoria de Justiça da Capital

Art. 2º Revogam-se as disposições com contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 208/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17, III, "I", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, c/c a Resolução nº 01, de 7 de abril de 2009; Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2014; Ata da 101ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e Ato PGJ nº 005, de 02 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Indicar ao Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, que atuaram perante a Justiça Eleitoral, no período especificado, durante os afastamentos dos Promotores de Justiça indicados para o biênio:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
4º	Colinas do Tocantins	Lissandro Aniello Alves Pedro	01 a 15/03/2017
8º	Filadelfia	Juliana da Hora Almeida	01 a 31/03/2017
9º	Tocantinópolis	Eurico Greco Puppio	02 a 16/03/2017
11º	Itaguatins e Arixá	Paulo Sérgio Ferreira de Almeida	06 a 31/03/2017

12º	Xambioá e Ananás	Sidney Fiori Júnior	02, 03 e 27/03/2017
13º	Cristalândia e Pium	Guilherme Goseling Araújo	01 a 07/02/2017
14º	Alvorada e Figueirópolis	Caleb de Melo Filho	01 a 31/03/2017
15º	Formoso do Araguaia	Gustavo Schult Júnior	04 a 31/03/2017
		Caleb de Melo Filho	01 a 03/03/2017
18º	Paraná e Palmeirópolis	Bartira Silva Quinteiro	17 a 31/03/2017
		Mateus Ribeiro dos Reis	13 a 15/03/2017
		João Neumann Marinho da Nóbrega	16/03/2017
19º	Natividade e Almas	André Ricardo Fonseca Carvalho	06 a 31/03/2017
22º	Arraias	Argemiro Ferreira dos Santos Neto	13 a 15/03/2017
23º	Pedro Afonso	Cristian Monteiro Melo	01 a 04/03/2017
24º	Araguacema	Thiago Ribeiro Franco Vilela	01 e 02/03/2017
		Guilherme Goseling Araújo	03 a 31/03/2017
26º	Ponte Alta do Tocantins	Leonardo Valério Pulis Ateniense	21 a 26/03/2017
		Renata Castro Rampanelli Cisi	01 a 20/03/2017 27 a 31/03/2017
27º	Wanderlândia	Sidney Fiori Júnior	01 a 14/03/2017 18 a 31/03/2017
		Rodrigo Grisi Nunes	15 a 17/03/2017
31º	Arapoema	Thais Cairo Souza Lopes	27/03/2017
		Daniel José de Oliveira Almeida	28 a 31/03/2017
32º	Goiatins	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	01 a 31/03/2017
33º	Itacajá	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	08 a 22/03/2017
		Rogério Rodrigo Ferreira da Mota	01 a 07/03/2017 23 a 31/03/2017

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 28 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### DIRETORIA-GERAL

#### PORTARIA DG Nº 056/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Assessoria de Cerimonial, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010157642201766, em 28 de março de 2017, da lavra da Sra. Emannuella Sales Sousa Oliveira, Diretora de Expediente, por ordem do Procurador-Geral de Justiça.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Mônica Cristina do

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

Carmo Farias, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 03/04/2017 a 02/05/2017, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 28 de março de 2017.

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº.: 022/2015  
Processo nº.: 2015/0701/00101  
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins  
CONTRATADO: Maria Célia Milhomem Marinho Silva.  
OBJETO: Fica prorrogado o prazo do Contrato 022/2015, com término previsto para 08.04.2017, por mais 12 (doze) meses, a partir de 09.04.2017.  
VIGÊNCIA: O presente termo aditivo terá vigência de 12(doze) meses, contados a partir da data de 09/04/2017.  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação, Art. 24, X, Lei nº 8.666/93.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36  
ASSINATURA: 27/03/2017  
SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.  
Contratado: Maria Célia Milhomem Marinho Silva.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 017/2017  
Processo nº.: 2017/0701/00009  
CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins  
CONTRATADO: Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins.  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de fornecimento de água potável, coleta e tratamento do esgotamento sanitário pela Odebrecht Ambiental | SANEATINS à Contratante, classificado na categoria "pública", mediante tarifa vigente, visando atender as ligações do prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça do Tocantins e as sedes das Promotorias de Justiça.  
VALOR: O valor global anual estimado deste contrato é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil Reais)  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 30 (trinta) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.  
MODALIDADE: Art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/93 e no Art. 10, inc.I, da Lei nº 7.783/89.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39  
ASSINATURA: 16/03/2016  
SIGNATÁRIOS: Contratante: José Omar de Almeida Júnior  
Contratada: Uilma Holanda Cavalcante Aguiar  
Mario Vinícius Bittencourt Rodrigues de Mattos

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 018/2017  
Processo nº.: 2016.0701.00509.  
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONTRATADA: Giplacas Letras e Impressão Digital EIRELI - ME.  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE LETRAS CAIXAS E PLACA DE INAUGURAÇÃO/PEDRA FUNDAMENTAL/ACOMPANHAMENTO DE OBRA, com o fim de atender as necessidades da Promotoria de Justiça em Miracema - TO, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial Nº 039/2016, Processo administrativo Nº 2016.0701.00363, parte integrante do presente instrumento.  
VALOR TOTAL : A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 4.896,79 (quatro mil, oitocentos e noventa e seis Reais e setenta e nove centavos).  
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato será a partir da data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 2017, nos termos do art. 57, caput, da Lei 8.666/93.  
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº. 10.520/2002.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30  
ASSINATURA: 21/03/2017.  
SIGNATÁRIOS: Contratante: José Omar de Almeida Júnior  
Contratado: Eliseu Antônio Hirsch.

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

#### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 019/2017  
Processo nº.: 2016/0701/00275  
CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.  
CONTRATADA: A.B TELEINFORMÁTICA COMUNICAÇÃO LTDA.  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOTORES PARA PORTÃO DESLIZANTE E DEMAIS PEÇAS INTEGRANTES DE MOTOR DE PORTÃO, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista nos itens 16, 18,19, 23 e 24 da Ata de Registro de Preços nº 047/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 024/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00275, parte integrante do presente instrumento.  
VALOR TOTAL: CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 4.830,00 (quatro mil e oitocentos e trinta Reais).  
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2017.  
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.  
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30  
ASSINATURA: 23/03/2017  
SIGNATÁRIOS: Contratante: José Omar de Almeida Júnior  
Contratada: Adeliene Ramos dos Santos

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

## 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

#### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Edson Azambuja da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da NOTÍCIA DE FATO nº 2015/1020, autuada a partir de representação anônima encaminhada ao Ministério Público do Estado do Tocantins, na qual relata, em suma, possível irregularidade na aplicação das provas do concurso público para Secretaria da Defesa Social do Estado do Tocantins, em decorrência de ter tocado um celular no momento de realização da prova, tendo sido ARQUIVADO tendo em vista que não restou provado qualquer elemento de convicção, irregularidade, ilegalidade, favorecimento ou fraude, ao ponto de macular de nulidade o mencionado concurso público. Científica, ainda, que os interessados,

caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 23 de março de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça da Capital  
(em substituição automática)

#### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Edson Azambuja da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da NOTÍCIA DE FATO nº 2015/4449, autuada a partir de reclamação trabalhista encaminhada ao Ministério Público do Estado do Tocantins, na qual relata, em suma, a contratação irregular, sem concurso público, do Sr. Heitor Neto Braga nos quadros do Estado do Tocantins, tendo sido ARQUIVADO tendo em vista não configurar ato de improbidade administrativa, por ausência de dolo na conduta, e por consequência não existência de danos ao erário. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 23 de março de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça da Capital  
(em substituição automática)

#### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Edson Azambuja da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da NOTÍCIA DE FATO nº 2015/4526, autuada a partir de reclamação trabalhista encaminhada ao Ministério Público do Estado do Tocantins, na qual relata, em suma, a contratação irregular, sem concurso público, do Sr. Raimundo Barbosa da Costa nos quadros do Estado do Tocantins, tendo sido ARQUIVADO tendo em vista não configurar ato de improbidade administrativa, por ausência de dolo na conduta, e por consequência não existência de danos ao erário. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 23 de março de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça da Capital  
(em substituição automática)

#### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Edson Azambuja da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da NOTÍCIA DE FATO nº 2015/4620, autuada a partir de reclamação trabalhista encaminhada ao Ministério Público do Estado do Tocantins, na qual relata, em suma, a contratação irregular, sem concurso público, do Sr. Osvaldo Vinicius Braga Mayer nos quadros da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, tendo sido ARQUIVADO tendo em vista não configurar ato de improbidade administrativa, por ausência de dolo na conduta, e por consequência não existência de danos ao erário. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público,

nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 23 de março de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça da Capital  
(em substituição automática)

#### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Edson Azambuja da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da NOTÍCIA DE FATO nº 2015/4710, autuada a partir de reclamação trabalhista encaminhada ao Ministério Público do Estado do Tocantins, na qual relata, em suma, a contratação irregular, sem concurso público, do Sr. Antônio Furtado Pimentel nos quadros do Estado do Tocantins, tendo sido ARQUIVADO tendo em vista não configurar ato de improbidade administrativa, por ausência de dolo na conduta, e por consequência não existência de danos ao erário. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 23 de março de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça da Capital  
(em substituição automática)

#### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Edson Azambuja da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da NOTÍCIA DE FATO nº 2015/4712, autuada a partir de reclamação trabalhista encaminhada ao Ministério Público do Estado do Tocantins, na qual relata, em suma, a contratação irregular, sem concurso público, do Sr. Salvador Lopes Ferreira nos quadros do Estado do Tocantins, tendo sido ARQUIVADO tendo em vista não configurar ato de improbidade administrativa, por ausência de dolo na conduta, e por consequência não existência de danos ao erário. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 23 de março de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça da Capital  
(em substituição automática)

#### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Edson Azambuja da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da NOTÍCIA DE FATO nº 2015/4726, autuada a partir de reclamação trabalhista encaminhada ao Ministério Público do Estado do Tocantins, na qual relata, em suma, a contratação irregular, sem concurso público, do Sr. Nilson Figueiras nos quadros do Estado do Tocantins, tendo sido ARQUIVADO tendo em vista não configurar ato de improbidade administrativa, por ausência de dolo na conduta, e por consequência não existência de danos ao erário. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da

Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 23 de março de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça da Capital  
(em substituição automática)

#### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Edson Azambuja da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados, do Arquivamento da NOTÍCIA DE FATO nº 2015/4928, autuada a partir de representação anônima encaminhada ao Ministério Público do Estado do Tocantins, na qual relata, em suma, possível irregularidade na aquisição de móveis do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, na Prefeitura Municipal de Palmas sem o procedimento licitatório, ocorrido provavelmente em outubro de 2005, tendo sido ARQUIVADO tendo em vista já ter transcorrido o prazo transcrisional. Científica, ainda, que os interessados, caso queiram, podem recorrer do arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar Estadual nº 51 de 2 de janeiro de 2008.

Palmas, 23 de março de 2017.

MIGUEL BATISTA DE SIQUEIRA FILHO  
Promotor de Justiça da Capital  
(em substituição automática)

## 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 10/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 11/2017

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 15/2017

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente em violação ao princípio da economicidade e fraude em procedimento licitatório visando a contratação de serviços de reforma predial na sede da Câmara Municipal de Gurupi/TO.

REPRESENTANTE: De Ofício.

REPRESENTADO: Câmara Municipal de Gurupi/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 29 de março de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 28/03/2018.

## 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 011/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: NF 025/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Maus – tratos físicos, psicológicos e morais aos menores da idade: Joendel A. da Silva, Abel A. da Silva, Daniel A. dos Santos, Iriel A. da Silva, Tamires A. da Silva e Rudicleia A. da Silva. LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 16 de março de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 012/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Portaria 012/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Existência/ implantação do programa “Guarda Subsidiada” do município de Porto Nacional (TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de março de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 013/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Portaria 013/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Existência/implantação do programa “Guarda Subsidiada” do município de Monte do Carmo (TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de março de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 014/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Portaria 014/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Existência/implantação do programa “Guarda Subsidiada” do município de Silvanópolis (TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de março de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 015/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Portaria 015/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Existência/implantação do programa “Guarda Subsidiada” do município de Santa Rita do Tocantins (TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de março de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 016/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Portaria 016/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Existência/implantação do programa “Guarda Subsidiada” do município de Brejinho de Nazaré (TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de março de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 017/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Portaria 017/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Existência/implantação do programa “Guarda Subsidiada” do município de Fátima (TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de março de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 018/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Portaria 018/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Existência/implantação do programa "Guarda Subsidiada" do município Oliveira de Fátima (TO).  
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de março de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao

Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 019/2017

INVESTIGANTE: Ruth Araújo Viana

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 201 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ORIGEM: Portaria 019/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Existência/implantação do programa "Guarda Subsidiada" do município Ipueiras (TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de março de 2017.

**QUEREMOS  
OUVIR VOCÊ!**

**OUVIDORIA MPE**  
Sugira • Denuncie • Questione

(63) 3216-7598  
(63) 3216-7575  
 [www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)  
 [ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)